

A reflection on Human Rights in the Amazon and the anthropological Other: Looking at *ourselves* through the mirror

Estevão Rafael Fernandes¹

Abstract

How to realize universal rights in local realities? In order to answer this question, oneself make use of reflections on the anthropological "Other" as a way to deconstruct both speaking and ontological places, as well as the political and epistemological consequences of working human rights in different sociocultural contexts. One conclusion is that the very notion of humanism must be deconstructed. It reflects a system of values that is intended to be universal, taking local cultures as mere contingencies; as well as it takes its place as static, not as process, normalizing practices and domesticating specificities. It also shifts the deviants to the accepted matrix, imposing its own forms of construction of the subject; functions as a historical power device, relegating the alterities to "others," functioning as an instrument of social regulation; is based on the center / periphery dichotomy, reifying it.

Keywords: Human Rights, Amazon, Anthropology, Otherness, Post-Colonialism

Antes de começarmos, um esclarecimento importante. Não necessariamente minha exposição reflete meus posicionamentos, ou dos antropólogos, ou da Antropologia (no singular, se é que isso realmente existe). Meu desafio ao escrever estas linhas será buscar deslocar meu próprio lugar de fala, desconstruindo algumas das categorias aqui expostas. Deixo claro que meus conceitos, como aqueles que buscaremos analisar neste breve ensaio – porque todo texto deve ser considerado um ensaio, enquanto “experimento”, mesmo - não devem ser vistos como prontos e acabados, mas enquanto processos, devires, relações. O ponto aqui é suscitar perguntas.

Buscarei traçar algumas provocações sobre o tema dos Direitos Humanos, a partir do olhar da Antropologia, ou dos olhares da Antropologia, do dos olhares das antropologias,... sejamos pois, subjetivos.

Eduardo Viveiros de Castro situa da seguinte forma a Antropologia em entrevista publicada na revista *Sexta-Feira* em 1999 (VIVEIROS DE CASTRO, 2017):

A antropologia é o estudo das relações sociais de um ponto de vista que não se acha deliberadamente dominado pela experiência e a doutrina ocidentais das relações sociais. Ela tenta pensar a vida social sem se apoiar exclusivamente nessa herança cultural. Se vocês quiserem, a antropologia se distingue na medida em que ela presta atenção ao que as outras sociedades têm a dizer sobre as relações sociais, e não, simplesmente, parte do que a nossa tem a dizer e tenta ver como é que isso que dizemos aqui funciona lá. Trata-se de tentar dialogar para valer, tratar as outras culturas não como objetos de nossa teoria das

¹ Antropólogo, Doutor em Ciências Sociais (Universidade de Brasília, 2015). Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia. estevofernandes@gmail.com

relações sociais. Para mim, se há alguma diferença entre antropologia e sociologia, seria essa: o objeto do discurso antropológico tende a estar no mesmo plano epistemológico que o sujeito desse discurso.

Na verdade – e aqui sou eu dizendo, não mais Viveiros de Castro – buscar se despir das perspectivas eurocentradas no estudo das relações sociais, entendendo ser o discurso produzido pelo olhar antropológico no mesmo plano epistemológico dos sujeitos pesquisados possui implicações claras sobre a viabilidade de direitos humanos para todos os povos. O dilema é como, afinal, efetivar direitos universais em realidades locais?

A resposta é dada por Humpty Dumpty, personagem de Alice através do espelho, de Lewis Carroll... No capítulo 06 desse livro, Alice encontra Humpty Dumpty que lá pelas tantas tenta convencer Alice de que melhor que ganhar presentes de aniversário (que ocorrem em um só dia do ano), é ganhar presentes de “desaniversário”, nos 364 dias restantes... Segue parte do diálogo:

e isso mostra que há trezentos e sessenta e quatro dias em que você poderia ganhar presentes de desaniversário...”

“Sem dúvida”, disse Alice.

“E só um para ganhar presentes de aniversário, vê? É a glória para você!”

“Não sei o que quer dizer com ‘glória’”, disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu, desdenhoso.

“Claro que não sabe... até que eu lhe diga. Quero dizer ‘é um belo e demolidor argumento para você!’”

“Mas ‘glória’ não significa ‘um belo e demolidor argumento’”, Alice objetou.

“Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”

“A questão é”, disse Alice, “se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”

“A questão”, disse Humpty Dumpty, “é saber quem manda — só isto.

De fato, a história nos mostra que a noção de Direitos e mesmo a de Humanidade não podem ser vistos como politicamente neutros. A questão é, justamente, saber quem manda... Exemplos disso são a pesquisa com 400 negros portadores de sífilis no Alabama em 1972; ou os casos de negligência em experiências com Aids em 1997 em 15 países pobres, como Uganda e África, onde mulheres receberam placebo em vez de medicamento, o que fez com que transmitissem o vírus para seus bebês... No Brasil há alguns anos causou horror o caso de comunidades ribeirinhas no Amapá que serviam de cobaias humanas em pesquisas de malária... diariamente eles recebiam entre 12 e 20 reais para receber picadas de 100 mosquitos presos em um copo, colocavam o copo na perna e deixavam o anofelino se servir a vontade de seu sangue... segundo relatos, os insetos ficavam tão saciados de sangue que caíam... O mesmo pode se dizer das pesquisas envolvendo povos indígenas no Brasil nas décadas de 1960 e 70 no Brasil, e da batalha judicial que se seguiu nos últimos anos para que povos indígenas possam, finalmente, reaver o sangue de seus ancestrais, levado sem seu consentimento para instituições de Pesquisa na América do Norte e Europa, em nome da Ciência.

A questão é saber quem manda...

Como sintetiza bem Spock (sim, o orelhudo de *Star Trek*), “a necessidade de muitos supera a necessidade de poucos”. Essa frase é de um personagem de ficção mas embasou, por exemplo, uma decisão judicial na Suprema Corte do Texas e parece ainda nortear as políticas de intervenção internacional em conflitos locais e práticas científicas nas quais pobres são quase sempre cobaias humanas e esboça bem a contradição inerente ao liberalismo – e ato contínuo, a declaração de direitos humanos enquanto algo universalista: o da tensão entre indivíduo e coletividade, intermediada por relações de poder.

Enquanto os Direitos Humanos não colidem com outros direitos, parece não haver problema, mesmo porque a própria noção de Direitos Humanos parece estar assentada numa perspectiva eurocentrada cuja matriz ideológica encontra-se no liberalismo do século XIX e sobre a noção de indivíduo que apenas faz sentido a partir de valores “democráticos” os quais, afinal, não são – nem devem ser – universais.

Se Direitos Humanos é, como sintetiza Hannah Arendt, o Direito a ter direitos, a questão deve ser devidamente desconstruída. Quem reconhece esse direito e baseado em que pressupostos? Quem reconhece quem reconhece Direitos? Há, afinal, um valor humanista a priori universal que une todos os povos? Se sim, como explicar a tendência de grupos minoritários a buscarem não mais o reconhecimento da diversidade, mas da diferença?

Como escreve o sociólogo Richard Miskolci (2012):

as demandas sociais são de reconhecimento da diferença, mas o filtro político as traduz na linguagem da tolerância da diversidade. Tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade não quer dizer aceitá-la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática, de cultura. É uma concepção de cultura muito fraca, na qual se pensa: há pessoas que destoam da média e devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada por esse Outro

A questão é saber quem manda

A própria noção de humanismo deve ser desconstruída, por uma série de fatores: reflete um sistema de valores que se pretende universal, tomando as culturas locais como meras contingências; toma o local como estático, não como processo, normalizando práticas e domesticando especificidades; desloca os desviantes para a matriz aceita, impondo suas próprias formas de construção do sujeito; funciona como dispositivo histórico de poder, relegando as alteridades a “outros”, funcionando como instrumento de regulação social; assenta-se na dicotomia centro/periferia, a reificando...

Um exemplo claro disso são os casos de “infanticídio indígena”... Há algumas coisas que devem ser ditas, a despeito do sensacionalismo que a mídia gosta de fazer sobre o assunto.

Em primeiro lugar, não são todas as sociedades indígenas que tem por prática a morte de crianças. A questão aqui especificamente é: num contexto de direitos humanos universalistas, ainda há espaço para esse tipo de práticas? Isso é uma violação aos direitos humanos? É uma prática relativizável?

A fim de se compreender práticas como a de infanticídio há de se compreender que tais modos de proceder não apenas fazem sentido dentro daquelas lógicas culturais nas quais se inserem mas são elas, também, parte dessas lógicas. O ponto aqui é: o que nos faz querer impor nossas lógicas às deles? Um

universalismo que se baseia numa noção de humanidade e de fraternidade que não é – e nem deve ser – compartilhada pelos diferentes coletivos?

Aliás, no tocante ao tema do infanticídio (a quem se interessar pelo tema, sugiro a excelente dissertação de Marianna Holanda, 2008) um ponto interessantíssimo é percebermos quem evoca as práticas de infanticídio e em que contextos de enunciação. Quase sempre são os doutores em Antropologia via *digital influencers*, com especialização em religião pelo “grupo da família”, como forma de afirmar, da forma mais peremptória possível, serem os índios completos primitivos e, sua colonização – e consequente usurpação de seus territórios – quase um favor que lhes é prestado.

O mesmo se pode dizer, *mutatis mutandis*, de minhas próprias experiências como alguém que investiga – ou tenta! – o universo *queer* indígena como chave interpretativa para os processos de colonização em nosso continente. Já ouvi de tudo, desde que pesquisas sobre o tema são completamente inúteis, até chacotas diversas, passando por “você não sabe que as pessoas riem por trás de você?”. Fico pensando: se eu, como pesquisador, sofro preconceitos, imaginem xs inúmerxs LGBT indígenas que se matam, são mortxs ou expulsxs de suas aldeias devido a homofobia? Minhas pesquisas tem percebido ser a homofobia, e não o *queer*, uma “contribuição” do colonialismo, sendo obsessão do colonizador controlar as subjetividades, os afetos e as corporalidades indígenas. Evidentemente que a faculdade memística das redes sociais discorda, sendo eu um esquerdopata empurrando ideologia de gênero para os indígenas, salvos – uma vez mais! – de si mesmos pela religião e pela cultura liberal, ocidental e moderna. Urra! A esses entendidos, se um indígena é gay, lésbica ou trans, é porque está perdendo sua cultura – e, não sendo mais indígena, deixa de ser sujeito de direitos.

Aliás, essa é uma das minhas críticas à Antropologia (ou às antropologias, ou a alguns setores da antropologia...): em nossa ânsia pela exotização do outro, o universo LGBT indígena deixou de ser um tema de investigação, justamente por havermos incorporado – inconscientemente, talvez? – a pecha de que indígenas *queer* não são, afinal, “tão indígenas assim”... Mesmo a academia é um lugar de silenciamentos e subalternizações, ao contrário do que alardeia o profascismo crescente em setores cada vez mais visíveis de nossa sociedade.

Em tempo, essa profusão de vozes não nos tem deixado perceber que, ao menos ao meu ver, talvez o grande problema para as ciências humanas para este século é compreender como, cada vez mais, como o lugar de enunciação, sua legitimidade e alcance são instrumentos políticos. O mundo hoje é decido por *hashtags* e *bots*, sendo nosso desafio compreender seus impactos para a legitimação, ou não, da retirada de direitos para sujeitos outros – os quais, nem sempre, possuem acesso a capital social, cultural ou tecnológico capazes de equilibrar essa balança. Tempos estranhos esses de pós-verdade, auto-verdade e *fake news* (sim, porque soa mais colonizado² chique que as “notícias falsas” de nossa flor do Lácio)... Assim como a velha questão filosófica (“se uma árvore cai na floresta sem ninguém para ouvi-la, ela caiu?”), talvez tenhamos que compreender que a luta por direitos humanos, nesses 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos deva responder à questão: se um direito é violado, e ninguém compartilha, ele é violado?

² O tachado aqui é proposital...

Novamente: o fato de certos sujeitos – justamente os que mais sofrem violações de Direitos – terem acesso desigual a tecnologias faz com que eles sejam, mais uma vez, invisibilizados, subalternizados e silenciados.

Como diz Foucault em seu primeiro volume da *História da Sexualidade*

O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (*com e em relação a*) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1988).

Trata-se, novamente, de saber quem manda...

Direitos somente fazem sentido numa lógica discursiva simétrica de distribuição e legitimação de poder que toma o lugar das diferenças – que são, afinal, aquilo que nos caracteriza como sujeitos. O grande desafio é, neste contexto, não deixar essas vozes se diluírem a tal ponto de se perderem. Nestes tempos difíceis e complicados, tudo leva a crer ser o apagamento dessas vozes o primeiro passo para a legitimação de sua existência física: a desumanização do Outro ontológico já foi vista em momentos recentes da história como forma de apagá-lo (infelizmente, não apenas metaforicamente). Existir como diferente e ter direito a voz parecem ser os maiores desafios para os próximos 70 anos.

Referências

- CARROLL, Lewis. **Alice através do Espelho**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. **Quem são os humanos dos direitos?: sobre a criminalização do infanticídio indígena**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças** (Série Cadernos da Diversidade, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O chocalho do xamã é um acelerador de partículas”. In: SZTUTMAN, Renato (Org.) **Encontros: entrevistas com Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.